



# EM AÇÃO PELO AMBIENTE

**EDITORIAL****P.3** EM AÇÃO PELO AMBIENTE**AÇÃO SINDICAL****P.4 À P.7** RETOMADOS OS PROCESSOS NEGOCIAIS COM O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**P.8** FNE SAÚDA TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO NO REGRESSO ÀS AULAS**P.9** FNE DENUNCIA PROBLEMAS QUE AMEAÇAM FAZER RUIR PILARES DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**P.10** CARTAZ "EDUCAÇÃO PARA O AMBIENTE"**P.11, P.12** FNE EM AÇÃO DE LIMPEZA DE PRAIA**WEBINÁRIO****P.13 À P.15** WEBINÁRIO FNE/AFIET: "RARAMENTE DAMOS UM ELOGIO"**ENTREVISTA****P.16 À P.20** JOSÉ RICARDO COELHO, PRESIDENTE DO SPZC: "SÓ A FNE ASSINOU O ACORDO FINAL DO ECD"**NA MINHA OPINIÃO****P.21** "PALIATIVOS" - ARTIGO DE ANTÓNIO PINHO, PRESIDENTE DO SDPM**NÃO DOCENTES****P.22** "A CONTRATAÇÃO COLETIVA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA" - ARTIGO DE JOÃO RAMALHO, PRESIDENTE DO STAAEZ**INTERNACIONAL****P.23 À P.25** A ECONOMIA DO CUIDADO - "NÃO SOU LOUCO, SOU UM EDUCADOR DE INFÂNCIA"**SAÚDE****P.26, P.27** O IMPACTO DO "LONGO COVID" NO TRABALHADOR**LEGISLAÇÃO****P.28 À P.30** DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 26 DE JULHO A 25 DE SETEMBRO DE 2022**+VANTAGENS FNE****P.31** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE**FICHA TÉCNICA**

setembro 2022

**proprietário**  
Federação Nacional da Educação**diretor**  
João Dias da Silva**produção de conteúdos**  
Joaquim Santos e Tiago Soares**secretariado**  
Teresa Morais**sindicatos membros**Sindicato dos Professores da Zona Norte \*  
Sindicato dos Professores da Zona Centro \*  
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo \*  
Sindicato Democrático dos Professores do Sul \*  
Sindicato Democrático dos Professores dos Açores \*  
Sindicato Democrático dos Professores da Madeira \*  
Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas \*  
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte \*  
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro \*  
Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas**tesoureiro**  
Joaquim Fernandes**redação**  
Rua Pereira Reis, 399 \* 4200-448 Porto \*  
tel. 225 073 880 \*  
secretariado@fne.pt**produção gráfica e paginação**  
Rafael Marques e Tiago Soares

# EM AÇÃO PELO AMBIENTE

A FNE, com os seus Sindicatos, tem mantido uma atenção permanente em relação às questões ambientais, à sustentabilidade do Planeta, assinalando a importância de se investir fortemente na linha da promoção da educação ambiental.

Particularmente ao longo dos últimos dois anos, a FNE, com a colaboração da AFJET, tem procurado intervir neste âmbito através de iniciativas de mobilização, quer de alunos, quer de docentes e não docentes, no sentido de tornar ainda mais forte a consciência das nossas responsabilidades individuais e coletivas em termos de qualidade do ambiente.

Foi exemplo disso a ação de limpeza costeira que desenvolvemos, com o apoio da Câmara Municipal de Mafra e da Fundação Oceano Azul, no passado dia 17 de setembro, na Foz do Rio Lizandro.

Temos bem consciência de que a emergência climática e as questões ambientais exigem uma mudança social drástica, incluindo mudanças individuais e coletivas na nossa mentalidade, comportamento e modo de vida.

E temos consciência também de que a nossa responsabilidade social não se esgota no afunilamento da nossa ação exclusivamente numa curta dimensão reivindicativa corporativa. Pelo contrário, reconhecemos que a qualidade da nossa ação profissional se alarga por outros campos de intervenção que se justificam em nome da qualidade de vida para todos e para cada um.

É neste quadro que entendemos que a educação é uma ferramenta crucial para garantir o desenvolvimento sustentável do meio ambiente.

Defendemos que os sindicatos da educação tenham um papel fundamental para garantir que não apenas a educação sobre o desenvolvimento ambiental sustentável seja integrada em todos os níveis e aspetos do nosso sistema educativo, como também lhe sejam disponibilizados os recursos técnicos, financeiros e de pessoal sustentáveis e adequados para que esta dimensão possa ser assegurada.

Estas nossas ações respondem, deste modo, à nossa responsabilidade de lidar com questões ambientais e a emergência climática, para que o desenvolvimento sustentável integre a ação educativa.



João Dias da Silva  
Secretário-Geral da FNE



## RETOMADOS OS PROCESSOS NEGOCIAIS COM O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Agosto e Setembro trouxeram encontros com o Ministro da Educação, João Costa e com o Secretário de Estado, António Leite, em reuniões que serviram para debate e início de negociações sobre a atualidade do sistema educativo.

A FNE aproveitou a reunião de 4 de agosto para apresentar à tutela os resultados da Consulta Nacional realizada em julho, com a interpretação daquilo que os docentes consideram ser as suas maiores preocupações sobre o ano letivo que agora termina e para o que se segue. Nas palavras do Secretário-Geral (SG) da FNE, João Dias da Silva no final deste encontro "estes resultados vão funcionar para a FNE como fonte de informação para as reuniões futuras com o Ministério da Educação (ME), como base das questões que mais preocupam os professores".

Neste encontro ficou definido um horizonte de negociações, a começar em setembro/outubro com a questão do processo de seleção e recrutamento de professores: "o ME quer colocar na agenda já em setembro/outubro, um conjunto de três reuniões em que se possa debater o regime de recrutamento de professores" com João Dias da Silva a recordar que "para a FNE, o modelo que existe é uma 'manta de retalhos', alterado sucessivamente, inspirando hoje pouca confiança aos docentes nas diferentes fases em que se desenrola. É preciso construir um modelo que dê confiança, estabilidade e acabe com a precariedade e o modelo de concursos deve ser uma ferramenta para se atingirem esses objetivos".

Segundo João Dias da Silva, a tutela demonstrou abertura para ouvir nas reuniões que se seguem as propostas da FNE e que vão procurar ser as mais adequadas na busca de um modelo que satisfaça as necessidades dos professores.

A questão da valorização dos profissionais docentes na educação também foi levada à mesa nesta reunião. Através de medidas que podem vir a ser incluídas no Orçamento de Estado (OE) de 2023, a FNE vai levar ao ME no início do mês de setembro um conjunto de aspetos que considera que devem vir a estar incluídas no documento para 2023 e que possam constituir mecanismos de valorização da profissão docente. O ME comprometeu-se a analisar as propostas da FNE, podendo ser constituído um programa de análise das propostas que possam ser mais viáveis para integrarem o OE2023, continuando ainda a insistir no sentido de que o peso da educação no OE deve corresponder a 6% do PIB nacional.

Outra matéria em debate foi a organização do tempo de trabalho dos professores em questões como a ultrapassagem sistemática dos limites do tempo de trabalho e sobretudo, a quantidade de trabalho burocrático a que estão sujeitos os docentes portugueses, não dedicando o tempo necessário às atividades letivas com os alunos. Também aqui ficou estabelecido que a FNE e o ME vão trabalhar desde setembro no que pode ser corrigido e melhorado para reduzir a carga administrativa e burocrática junto dos docentes.

Matérias como a forma como está a decorrer o processo de mobilidade por doença e o seu enquadramento, do qual a FNE discorda, pois inclui vários fatores promotores de injustiça e que foram evidenciados à tutela nesta reunião, e a avaliação de desempenho ou a condição em que se desenrola a formação contínua ou o processo de ensino-aprendizagem estiveram também na linha de trabalhos neste encontro. Também foram abordadas questões ligadas aos Não Docentes, com a FNE a chamar a atenção ao ME para a necessidade de se abrirem espaço de debate e trabalho, acima de tudo na forma como está a decorrer o processo de transferências de competências para os municípios.

A FNE deixou o desejo de que o próximo ano letivo seja de maior abertura e disponibilidade por parte do Ministério da Educação para o diálogo, negociação e concertação. E para a FNE, como afirmou João Dias da Silva "diálogo não é fazer reuniões, mas sim acolher e integrar propostas que a FNE vier a apresentar para alcançar melhores soluções que melhoram a vida de docentes e não docentes".

A fechar, o SG da FNE reiterou que é "na aposta no diálogo e na concertação que a FNE considera o seu trabalho como o que melhor serve todos aqueles que trabalham na educação".

## HABILITAÇÕES PRÓPRIAS – NOVO ENQUADRAMENTO EM NEGOCIAÇÃO

A FNE e o Ministério da Educação reuniram a 26 de agosto, para a negociação de um diploma de revisão das habilitações próprias para a docência, sendo que para a FNE qualquer solução a este nível deveria ter apenas caráter conjuntural, exigindo que se respeite sempre o princípio de que todas as atividades docentes devem ser asseguradas exclusivamente por portadores de habilitação profissional para a docência.

Para a FNE a negociação era imprescindível para permitir a plena concretização do que se determina na Lei de Execução Orçamental de 2022, no sentido de alargar a capacidade de resposta das escolas às necessidades eventuais que possam surgir, quando se esgotarem os candidatos com habilitação profissional, em termos de educadores e professores, para que as escolas funcionem, uma vez que aí se estabelece que o Ministério da Educação deve proceder à consideração de outras formações para além das que já integram o leque das formações consideradas habilitações próprias.

À saída do encontro João Dias da Silva afirmou que "reiteramos as nossas preocupações relativamente à exigência que, para nós, é intransigentemente defendida de que para dar aulas é preciso que os alunos tenham pessoas com habilitação profissional".

Manifestando-se contra a possibilidade de as habilitações próprias permitirem o acesso à carreira docente, um equívoco que o próprio ministro João Costa já tinha negado e clarificado na semana passada, João Dias da Silva lamentou também que as habilitações próprias fossem, sequer, uma opção para as escolas, ainda que apenas em contração de escola.

Em vez da revisão das habilitações próprias, o Secretário-Geral da FNE disse que preferia ter discutido com a tutela medidas concretas de valorização da carreira docente que, em seu entender, permitiram atrair desde logo docentes que abandonaram a profissão.

**"Para a FNE a negociação era imprescindível para permitir a plena concretização do que se determina na Lei de Execução Orçamental de 2022".**



«A necessidade do recurso a habilitações próprias é o reconhecimento por parte do Ministério da Educação de duas falhas: por um lado, não assegurou até agora nem o enquadramento adequado para os horários em concurso, nem os apoios aos profissionais que são colocados longe das suas residências e afastados das famílias; por outro lado, não garantiu nem condições de atratividade para a profissão, nem que houvesse docentes de carreira em número suficiente para que o sistema educativo funcione. O que registamos muito negativamente é, que, por estas razões, de ano para ano, tem vindo a aumentar o recurso a portadores de habilitação própria para que as nossas escolas funcionem", considerou ainda o SG da FNE.

A FNE participará neste processo negocial, como é seu dever, mas procurando acautelar que o recurso a contratações por "habilitação própria" integre o reconhecimento apenas de formações de nível superior com componente científica consistente, e que seja assumido pelo Ministério da Educação o compromisso de, no mais curto prazo de tempo possível, estabelecer medidas que garantam que as atividades docentes, a partir do ano letivo de 2023/2024 sejam asseguradas exclusivamente por candidatos portadores de habilitação profissional para a docência completa, correspondentes sempre ao nível de Mestrado (pós-Bolonha), com inclusão portanto de adequada formação pedagógica, eliminando o recurso a qualquer outro tipo de habilitações.

## FNE MOSTROU AO ME DISCORDÂNCIA COM CONTRATAÇÃO DIRETA PELAS ESCOLAS

E a 23 de setembro a FNE esteve no Ministério da Educação (ME) para a primeira reunião de negociação sobre os pressupostos para alteração do modelo de seleção e recrutamento de professores.

O Ministro da Educação e a sua equipa apresentaram à FNE aqueles que são os pressupostos de enquadramento das alterações que têm previsto fazer no diploma de seleção e recrutamento de pessoal docente, sendo que nesse contexto a tutela apresenta-o e define-o "uma oportunidade para aferir as necessidades do sistema, das escolas", assim como questões relacionadas com a estabilidade dos professores e ainda uma estabilidade das equipas educativas.

A FNE, nas palavras do Vice-Secretário-Geral, Pedro Barreiros, considera que "esta apresentação foi feita com alguma coerência, mas que colide depois com a prática e com aquilo que é o nosso entendimento em relação às implicações que estas alterações podem ter".

As negociações para discutir o novo modelo de recrutamento e colocação de docentes serão retomadas no final do mês de outubro, ainda sem data definida.

**A contratação de professores com base num perfil de competências, resultando na contratação direta pelas escolas de uma determinada percentagem de docentes, não mereceu a concordância da FNE.**





Os pressupostos apresentados baseiam-se em quatro pontos: aferição das necessidades do sistema que deve levar em conta os números da aposentação, do número de alunos, turmas e horários necessários por cada grupo de recrutamento; um segundo pressuposto que se baseia no reforço da estabilidade profissional e aqui o ME refere que pretende reduzir a mobilidade dos professores, vinculações diretas em quadros de escola e uma reorganização dos Quadros de Zona Pedagógica (QZP's) sendo que refere ainda como ideia estabilizar equipas por mais de quatro anos. Um terceiro pressuposto passa por uma vinculação mais rápida tentando uma reposição gradual das aposentações e ainda uma vinculação preferencial nas escolas onde são exercidas funções de forma consecutiva. Um quarto ponto fala de contratação por perfil de competência em que uma percentagem dos docentes de quadro-escola/agrupamento passa a ser recrutada diretamente pelas escolas.

Relativamente a cada um destes pressupostos, Pedro Barreiros afirmou que "a FNE ouviu todos atentamente e rebatemos cada um sendo que num primeiro momento o que fizemos foi apresentar uma proposta de memorando "Valorizar a Educação e todos os seus profissionais" sobre um conjunto de matérias e a respetiva calendarização negocial. Porque nem tudo são concursos e sendo estes um assunto muito importante, há outras matérias a necessitar de negociação tais como a atratividade da carreira docente, o Orçamento de Estado para 2023, os concursos, a carreira, as condições de trabalho, a aposentação, a administração e gestão das escolas e a preparação atempada e correta do ano letivo de 2023-2024 para que não se repita aquilo que acontece todos os anos que é verificarmos uma precariedade e uma confusão legislativa, normativa e informativa que não oferece estabilidade a ninguém.

A FNE transmitiu neste encontro, ao Ministro da Educação que é "imperioso tornar atrativa a profissão docente, mas que isso só se consegue com profissionais valorizados. É preciso algo de concreto que as pessoas sintam e não algo como têm vindo a viver desde os tempos da Ministra Maria de Lurdes Rodrigues, porque desde aí parecem ter desaparecido as condições para um desempenho profissional atrativo e reconhecido" acrescentando ainda que "reafirmamos ainda junto do Governo que estamos no início do ano e os professores já estão cansados, desmotivados e preocupados. Aquilo que nos foi apresentado hoje é algo que não nos deve tranquilizar porque bastaria apenas e só o ME afirmar que se prepara para terminar com o único critério transparente e justo que é uma lista graduada nacional, só isso já é motivo mais que suficiente para uma não aceitação da nossa parte de um diploma que assente nestes pressupostos".

Há matérias que a FNE considera que poderão vir a merecer o seu acolhimento, como o redimensionamento dos QZP's ou a aferição das necessidades do sistema, desde que resultem na abertura das vagas de Quadro necessárias para cada escola, mas outros há, nomeadamente a contratação de professores com base num perfil de competências, resultando na contratação direta pelas escolas de uma determinada percentagem de docentes, que não merecerão concordância.

Para tudo isto será necessária uma enorme envolvimento por parte de todos os docentes, que participem nas ações que vamos desenvolver para os ouvir, para acolher as suas ideias e propostas. Juntos seremos mais capazes de apresentar as melhores propostas e soluções para a nossa profissão e sistema de ensino.

**«A FNE transmitiu neste encontro, ao Ministro da Educação que é "imperioso tornar atrativa a profissão docente, mas que isso só se consegue com profissionais valorizados. É preciso algo de concreto que as pessoas sintam".**

# FNE SAÚDA TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO NO REGRESSO ÀS AULAS

No momento em que milhares de educadores, professores e não docentes recomeçaram as atividades letivas deste novo ano escolar, a FNE deixou-lhes, através de uma declaração do Secretário-Geral (SG), João Dias da Silva, uma forte saudação, com votos de bom trabalho.

"Não precisamos de sublinhar a importância do trabalho que somos chamados a realizar todos os dias nas nossas escolas, mas sabemos que o temos feito e continuamos a fazer sem que sintamos que exista a adequada compreensão e respeito pela nossa ação profissional", recordou inicialmente o SG da FNE.

Este será mais um ano com a consciência de que tem sido cada vez mais difícil ganhar novos docentes e sobretudo garantir aqueles que são indispensáveis para que todos os alunos tenham todos os seus professores, do mesmo modo que o cansaço e a insatisfação são marcas cada vez mais importantes naqueles que se mantêm em atividade.

"Deste modo, o que queremos transmitir neste momento é que estaremos todos os dias deste novo ano ao lado de todos os educadores e professores e que tudo faremos do que estiver ao nosso alcance para que se consigam as mudanças que são essenciais, em termos de valorização da carreira e das condições de trabalho", afirmou.

São várias as matérias a necessitar de atenção, como salientou Dias da Silva: "É preciso eliminar tudo o que prejudica que a ação quotidiana de cada educador e professor seja centrada nas suas

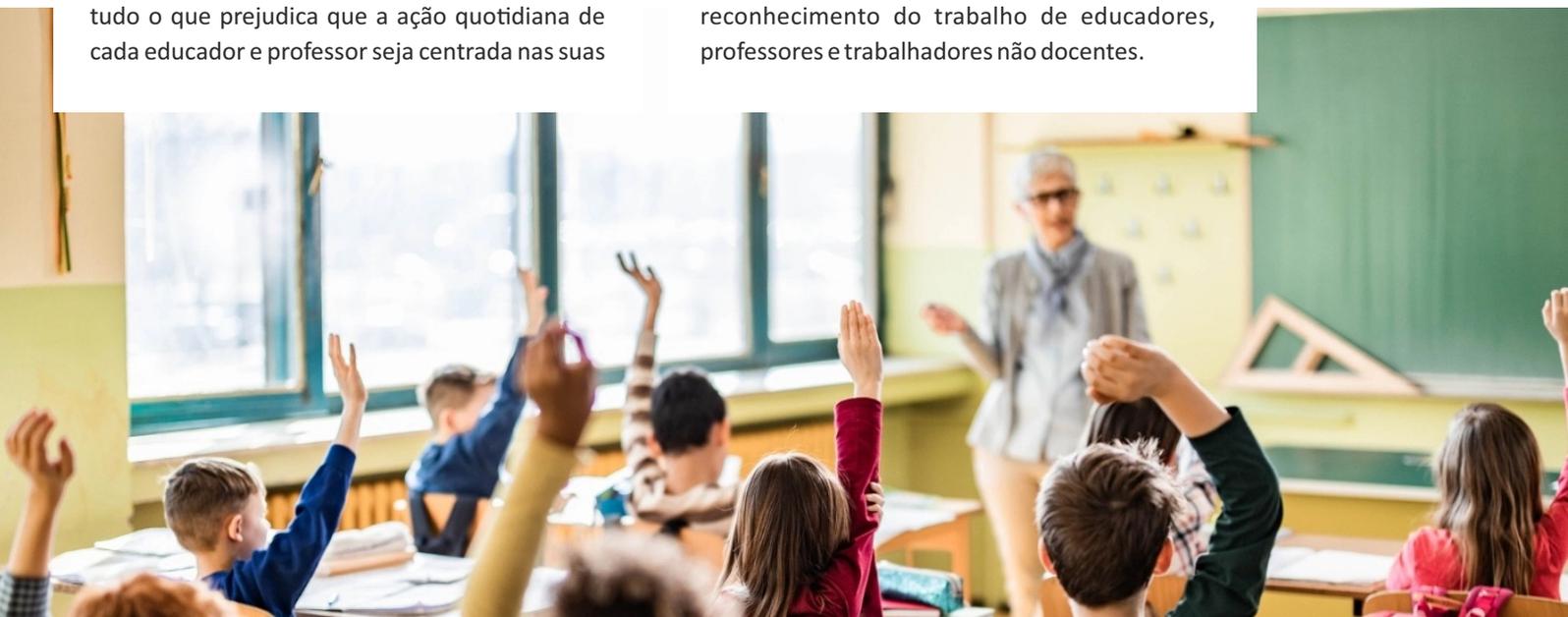
crianças e nos seus alunos, desde a carga burocrática inútil até um modelo de avaliação de desempenho que tarda em ser substituído, quer pelo mal-estar que provoca nas nossas escolas, quer pelas injustiças que o caracterizam" acrescentando ainda que "é preciso que se acabe com a precariedade e com a ausência de apoios aos educadores e professores obrigados a deslocações enormes que se traduzem em despesas acrescidas que deveriam ser compensadas".

Também a subida da inflação esteve presente neste discurso, salientando-se que é preciso garantir que as atuais condições de perda do efetivo poder de compra causadas por uma inflação que tem estado todo o ano em crescimento são corrigidas por adequadas medidas de compensação que o Governo ainda não foi capaz de determinar.

João Dias da Silva deixou a garantia de que "estaremos ao lado dos educadores e professores, e ao lado de milhares de técnicos superiores e especializados, assistentes técnicos e assistentes operacionais e temos bem consciência dos múltiplos fatores de insegurança, incerteza e desânimo que marcam negativamente as condições em que desenvolvem a sua atividade profissional, sendo nossa obrigação tudo fazer para que estas situações sejam corrigidas".

Por estas razões e por outras mais que são indispensáveis para a valorização dos que trabalham em educação, na FNE não daremos tréguas ao trabalho que for necessário para se garantir o reconhecimento do trabalho de educadores, professores e trabalhadores não docentes.

**"Na FNE não daremos tréguas ao trabalho que for necessário para se garantir o reconhecimento do trabalho de educadores, professores e trabalhadores não docentes".**





# FNE DENUNCIA PROBLEMAS QUE AMEAÇAM FAZER RUIR PILARES DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Secretariado Nacional da FNE, reuniu a 16 de setembro, na Ericeira, para denunciar a ausência de medidas urgentes para resolver vários problemas da Educação e desafiar o Ministério da Educação a demonstrar a sua disponibilidade política para, em diálogo com a FNE, abrir processos negociais sobre áreas que se encontram em séria ameaça de fazer ruir os pilares fundamentais de uma educação de qualidade.

E por isso aprovou por unanimidade a Resolução "Problemas que ameaçam fazer ruir pilares de uma educação de qualidade" que serve também para recordar que a FNE apresentou, no início desta legislatura, um documento orientador para resolver um conjunto de problemas da educação, denominado por Roteiro para a Legislatura 2022-2026, apresentando propostas concretas para responder aos desafios que a escola e a educação enfrentam.

Para a FNE é determinante reconhecer e valorizar os profissionais da Educação para continuar a melhorar os padrões de exigência da qualidade do ensino e da educação em geral, para o que se torna indispensável melhorar o estatuto remuneratório e as condições de trabalho de educadores, professores, formadores, técnicos especializados, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais, bem como a oferta de Ensino Português no Estrangeiro, garantindo a contratação dos profissionais que forem imprescindíveis para o garante das respostas educativas essenciais.

O Secretariado Nacional da FNE reafirmou assim o seu compromisso para o dever de contribuir para uma educação de qualidade, um desígnio que deve concretizar-se com a consideração das propostas que a FNE tem vindo a apresentar ao Ministério da Educação, para o que se torna indispensável, por um lado, aprofundar qualitativamente o diálogo social, através do desenvolvimento de adequados processos negociais e, por outro, um maior investimento na educação, investimento este, que deve ser, desde já, assumido, politicamente, pelo Governo, no Orçamento de Estado para 2023.

É neste quadro de preocupação que o Secretariado Nacional da FNE lamenta, ainda, que se tenha iniciado mais um ano letivo sem que o Governo tenha resolvido os problemas mais conhecidos, o que vem debilitando o sistema educativo, sem que nada tenha sido feito para que estes não se repitam neste novo ano escolar.

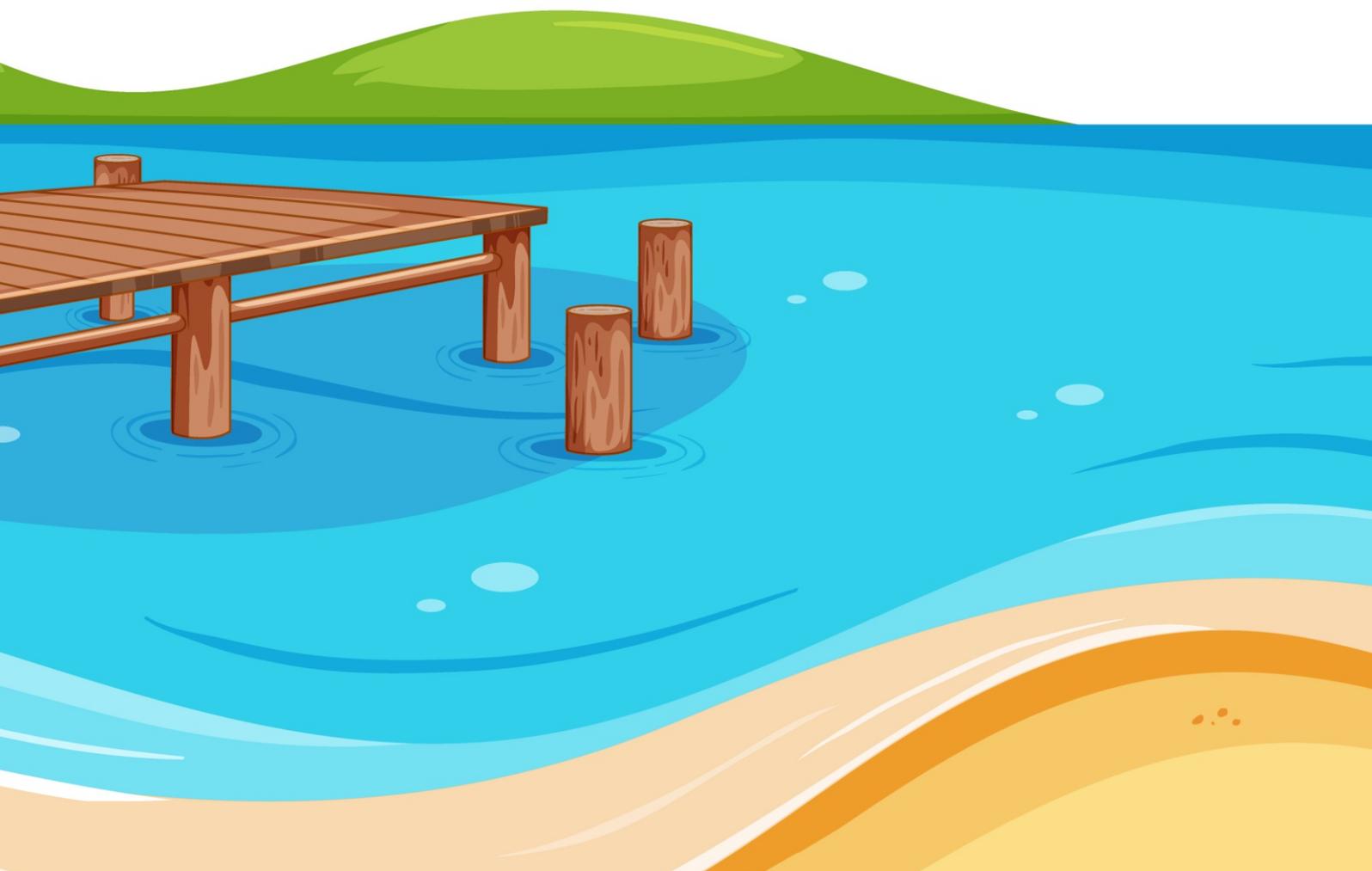
No entanto, o Secretariado Nacional da FNE entende apresentar o leque dos assuntos mais urgentes, que exigem, também eles, respostas urgentes.

[Leia a RESOLUÇÃO COMPLETA - Problemas que ameaçam fazer ruir pilares de uma educação de qualidade](#)

**"O SN da FNE reafirmou assim o seu compromisso para o dever de contribuir para uma educação de qualidade, um desígnio que deve concretizar-se com a consideração das propostas que a FNE tem vindo a apresentar ao Ministério da Educação".**

# EDUCAÇÃO PARA O AMBIENTE

Praia da Foz do rio Lizandro - Ericeira | 17 de setembro de 2022



OCEANO AZUL fundação



EM PARCERIA COM A UNIÃO EUROPEIA #EuBeachCleanup





## FNE EM AÇÃO DE LIMPEZA DE PRAIA

Cinquenta e quatro quilos de lixo recolhido em pouco mais de uma hora, na Praia da Foz do Rio Lizandro, na Ericeira. Este foi o resultado da iniciativa "Educação para o Ambiente" promovida pela Federação Nacional da Educação (FNE) e a Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET) a 17 de setembro, no âmbito do Dia Mundial da Limpeza da Orla Costeira e que incluiu a limpeza da Praia da Foz do Rio Lizandro, na Ericeira, por dirigentes e associados da federação.

A FNE e a AFIET pretenderam com esta iniciativa demonstrar que o papel do sindicalismo não se limita a negociar e debater alterações laborais e sociais, mas também ajudar a reforçar o papel da Educação e dos seus profissionais (docentes e não docentes) na defesa do ambiente e na sustentabilidade para o futuro do planeta, através da redução da pegada ambiental.

José Ricardo Coelho, Vice-Secretário-Geral da FNE e um dos grandes dinamizadores deste evento assumia ao início da manhã uma expectativa "positiva numa mobilização grande para um ato de consciência ambiental. Mas o importante não é só fazer a ação, é também importante passar a mensagem, uma tomada de consciência cada vez maior para as questões ambientais".

Eram então cerca de 50 os dirigentes da FNE presentes para esta limpeza de praia e entre eles encontrava-se o Secretário-Geral, João Dias da Silva que defendeu em declarações ao Jornal FNE "que os sindicatos também têm outras responsa-

bilidades além das político-sindicais como seja a sustentabilidade do planeta. É importante que estas ações tenham consequências positivas junto da vida das pessoas e do mundo".

Ao longo de quase duas horas, espalhados pela Praia e zona da Foz do Rio Lizandro, foram muitos os objetos recolhidos. Desde garrafas, a frascos e centenas de beatas, alcançou-se um total de cinquenta e quatro quilos de lixo, isto com objetos que não sendo muito grandes, tornam o número ainda mais positivo.

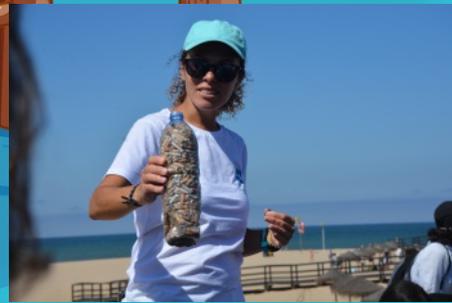
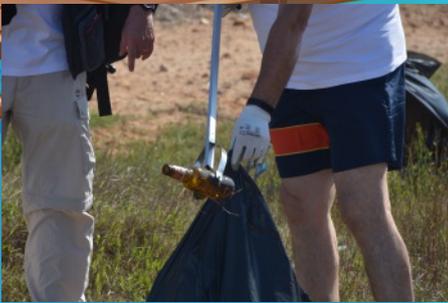
Esta foi uma jornada diferente do habitual, promovida pela FNE/AFIET e que José Ricardo Coelho no final considerou como "um sucesso. Fazemos um balanço extremamente positivo, estamos muito contentes com a atividade, mas estamos acima de tudo conscientes que esta é uma mensagem para a comunidade educativa e para os portugueses em geral para termos cada vez mais uma consciência ambiental que permita conservar em pleno o nosso planeta".

Marcaram presença neste evento a Representante da Comissão Europeia, Sofia Moreira de Sousa, António José Correia, representante da Fundação Oceano Azul, António Felgueiras e Marta Gomes, Vereadores da Câmara Municipal de Mafra e o Embaixador da República Checa em Portugal, Eng.º Martin Pohl, cujo país assume, de 1 de julho a 31 de dezembro de 2022, a Presidência Rotativa do Conselho da União Europeia, sucedendo à França.

**"A FNE e a AFIET pretenderam com esta iniciativa demonstrar que o papel do sindicalismo não se limita a negociar e debater alterações laborais e sociais, mas também ajudar a reforçar o papel da Educação e dos seus profissionais na defesa do ambiente".**

# EDUCAÇÃO PARA O AMBIENTE

Praia da Foz do rio Lizandro - Ericeira | 17 de setembro de 2022



A participação é gratuita mas com inscrição obrigatória

**WEBINÁRIO**  
23 setembro 2022  
17h00 às 18h00



www.fne.pt

# Desenvolvimento psicológico, família, educação e intervenção

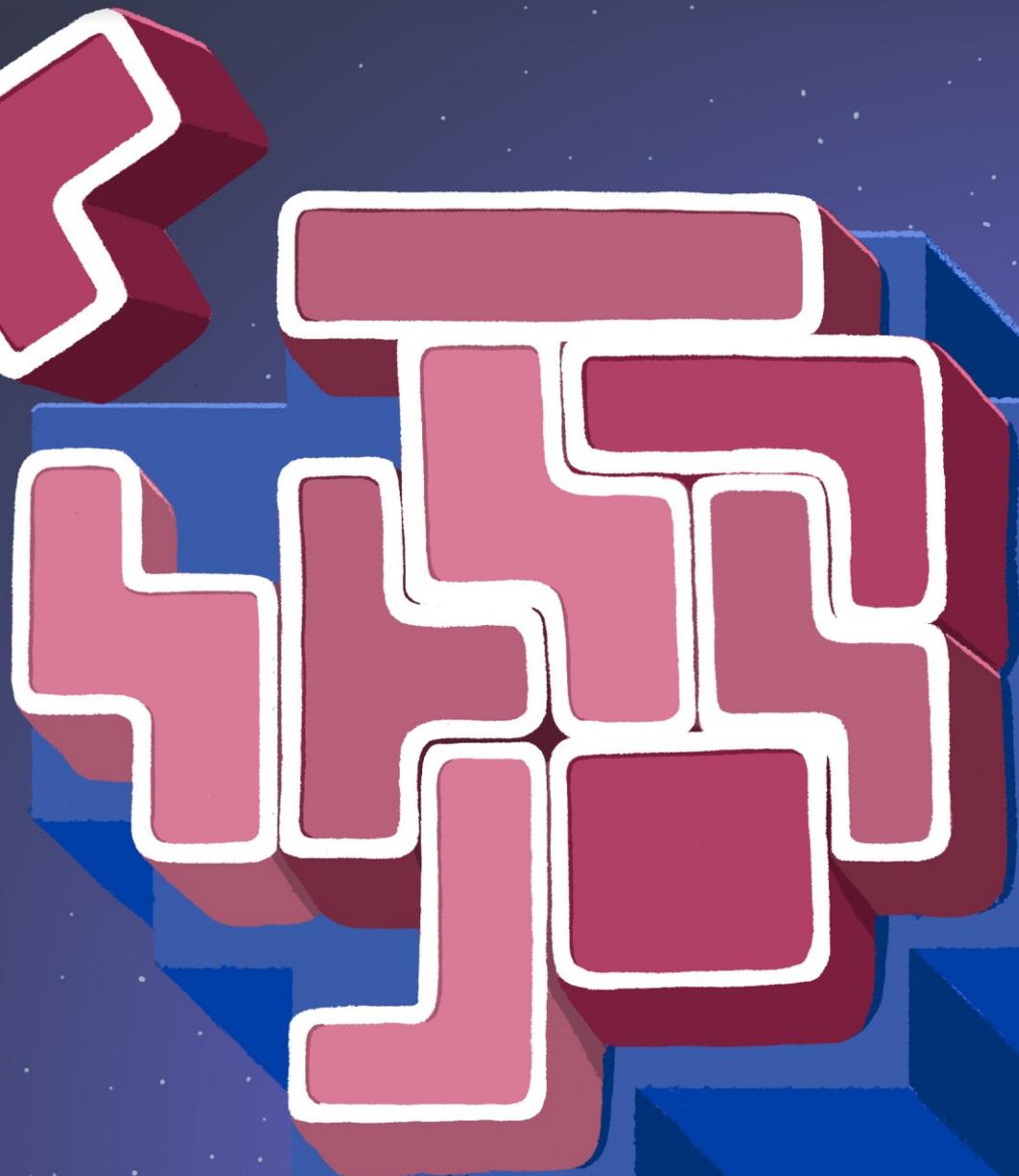


**ANA RODRIGUES DA COSTA**  
Universidade Fernando Pessoa  
*Oradora*



**RUI MAIA**  
Centro de Formação da FNE  
*Moderador*

webinar



## WEBINÁRIO FNE/AFIET: "RARAMENTE DAMOS UM ELOGIO"

A FNE e a AFIET (Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho) promoveram a 23 de setembro de 2022 o Webinário "Desenvolvimento psicológico, família, educação e intervenção". Ana Rodrigues da Costa (Universidade Fernando Pessoa) foi a oradora convidada, numa sessão que contou com o Professor Doutor Rui Maia, do Centro de Formação da FNE, na moderação.

Numa primeira abordagem, a Professora, reconhecida pelas suas publicações relativas a este tema, começou por apresentar aos participantes a "teoria dos sistemas ecológicos". Esta é uma ideia sustentada num sistema que gira em volta da pessoa e que é defendida por Urie Bronfenbrenner, psicólogo americano nascido na Rússia. São vários os fatores a ter em conta no sistema ecológico num sentido micro, tais como a família, a escola, os amigos, a religião, serviços de saúde, vizinhos e outros. Depois podemos ir, como referiu a oradora, ao macro sistema, que já se vai basear nas atitudes e ideologias que a cultura de cada local ou família proporciona.

Ana Rodrigues da Costa levou-nos depois até ao universo do exossistema que, ainda com base no modelo de Bronfenbrenner, é onde a criança começa a aprender emoções, até por imitação daquilo que a rodeia.

A professora da Universidade Fernando Pessoa falou sobre "desenvolvimento cognitivo", levando-nos até à indispensável teoria de Piaget e aos seus quatro estágios cognitivos. No primeiro nível, que situa crianças dos 0-2 anos, as capacidades desenvolvidas são relativamente aos sentidos e manipulação de objetos. É o chamado "Estágio 1 Sensório-Motora".

Segue-se o "Estágio 2 Pré-Operacional", que se situa em crianças dos 2-7 anos e que já proporciona uma compreensão sobre a ideia de passado e futuro, assim como imaginação e memória. Dos 7-11 anos ("Estágio 3 Operacional Concreto"), a teoria de estágios cognitivos de Piaget permite perceber que já existe um consciente sobre "os outros" e eventos externos, assim como ser o nível em que se dá início ao pensamento lógico. A fechar, temos o "Estágio 4 Operacional Formal" em crianças dos 11 ou mais anos e que já são capazes de usar a lógica para resolver um problema, planear o futuro e perceber e ver o mundo em seu redor.

"Mas é sempre importante, a partir de determinada fase, fazer a ligação entre o teórico e o quotidiano. Daí, por exemplo, termos na escola a organização que temos ao nível das disciplinas lecionadas. Só existe Filosofia a partir do 10º ano, pois só aí se alcança uma capacidade de abstração", afirmou Ana Rodrigues, direcionando depois para a questão da empatia "que deve começar a ser tratada nas crianças o mais cedo possível".

**Ana Rodrigues da Costa levou-nos depois até ao universo do exossistema que, ainda com base no modelo de Bronfenbrenner, é onde a criança começa a aprender emoções, até por imitação daquilo que a rodeia.**

Em sua opinião, "devia ser realizado um estudo longitudinal que permita ficar a conhecer e perceber como as crianças são verdadeiramente hoje em dia, como funcionam. E para isso os professores podem ter um papel essencial".

Sobre o desenvolvimento psicológico, ficou explícito, da parte da docente universitária, que "a construção da personalidade de cada um muitas vezes começa no temperamento herdado da mãe. Mas não só. Temos também influências ambientais, a educação recebida no seio da família, o reforço positivo, que por vezes falta em muitas crianças". Neste ponto, Ana Rodrigues sublinhou a importância de "darmos cada vez mais incentivos de confiança às crianças. Temos sempre tendência para criticar ou corrigir, mas raramente damos um elogio. E isso muitas vezes é a diferença entre criar um aluno com mais ou menos interesse pela escola".

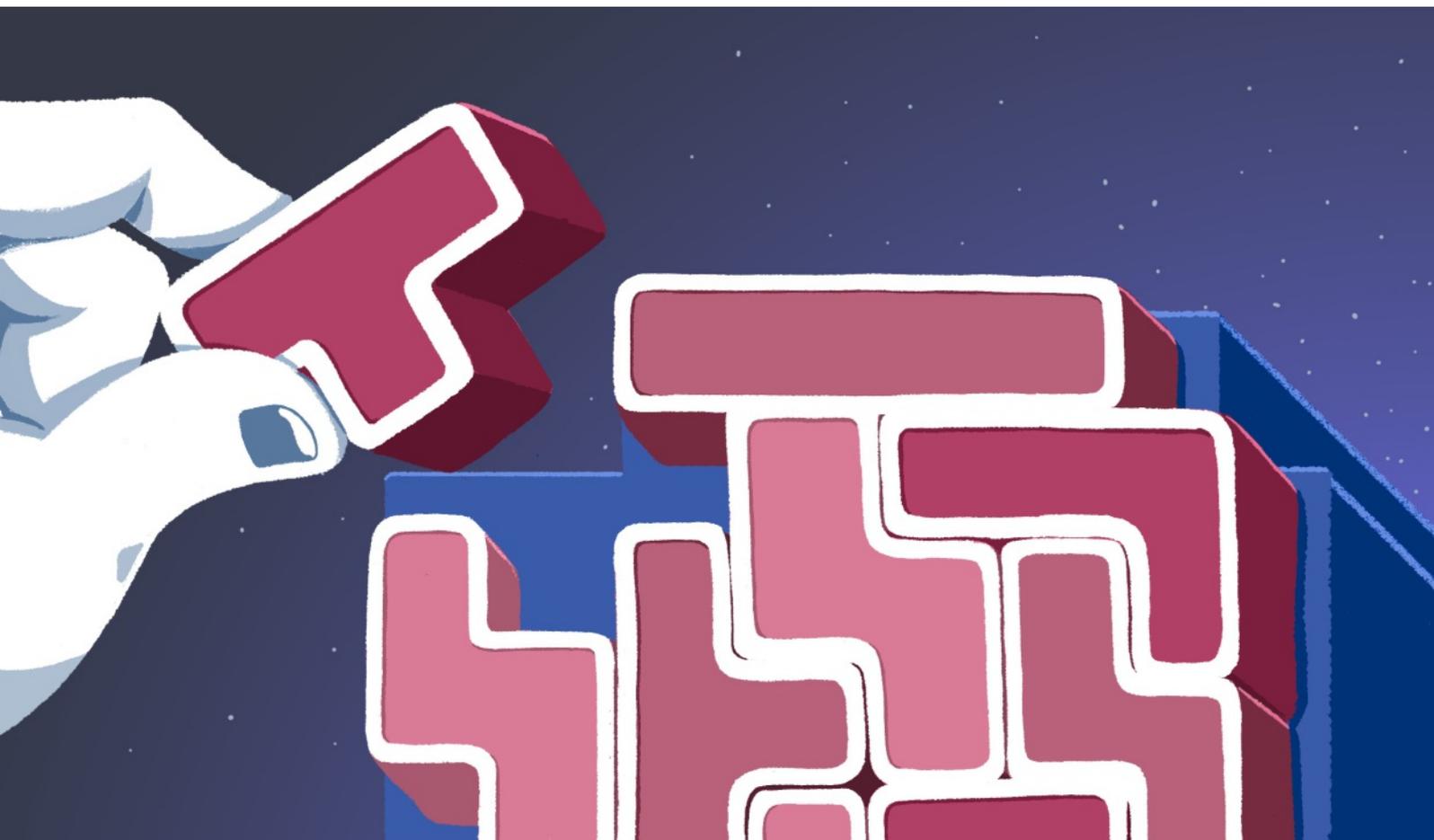
A família foi apresentada como o mais poderoso sistema de socialização para um desenvolvimento saudável. Mas por vezes existe aquilo a que se convencionou chamar de "acidente de nascimento e que na prática é o viver com uma família disfuncional. A família é o primeiro espaço social e de influência no desenvolvimento infantil, seguindo-se a religião, a alimentação, a escola, a habitação e muitos outros fatores que vão influenciar a aquisição de competências".

É por isso que "o estilo parental" influencia tanto a forma como a criança se vai relacionar com os professores na escola. Segundo a especialista, "consegue-se melhor resultados com um estilo autoritativo, pois é preciso saber dizer 'não!'. Um estilo permissivo vai complicar a relação na escola. E o autoritário vai deixar as crianças mais inseguras, agressivas e receosas".

A fechar, Rui Maia lançou algumas questões colocadas pela audiência do webinar e questionou Ana Rodrigues sobre o facto de "os professores estarem, ou não, preparados para fazer este trabalho de compreender a criança/aluno e a necessidade de saber lidar com diferentes comportamentos".

A oradora retorquiu com a necessidade essencial, neste momento, "de se estudar as crianças. Fazer o tal estudo longitudinal no presente, isto porque normalmente as crianças em 1x1 têm um determinado comportamento, mas depois em grupo funcionam de outra forma. Mas acima de tudo os professores conseguiriam fazer mais se existisse uma relação melhor entre família e escola".

**"Devia realizar-se um estudo longitudinal que permita ficar a conhecer e perceber como as crianças são hoje em dia, como funcionam. E para isso os professores podem ter um papel essencial".**



# entrevista



**JOSÉ RICARDO COELHO**

Presidente do SPZC

# JOSÉ RICARDO COELHO, PRESIDENTE DO SPZC: “SÓ A FNE ASSINOU O ACORDO FINAL DO ECD”

José Ricardo Coelho, Presidente do Sindicato de Professores da Zona Centro (SPZC), e Vice-Secretário-Geral da FNE, é uma das figuras cimeiras do sindicalismo português. No seu sindicato, na FNE ou na UGT foi protagonista e testemunho de uma evolução desde abril de 74 aos nossos dias, sempre com um apetite voraz pela necessidade de transformar o presente e melhorar o futuro. Com uma lembrança especial: a carreira única e o ECD são da FNE.

## JORNAL FNE (JF) - COMO É QUE A SUA VIDA SE CRUZOU COM O SINDICALISMO?

**JOSÉ RICARDO COELHO (JRC)** - Em outubro de 1980, no meu primeiro ano de aulas como professor, fui colocado no concelho de Coimbra e passados uns dias sindicalizei-me no Sindicato Professores da Zona Centro (SPZC), na altura um dos três sindicatos regionais do país. Conheci alguns dos ativistas e dirigentes do SPZC, entre os quais o professor António Saraiva. Particpei em algumas reuniões com ele, num momento em que se preparavam eleições no sindicato. Entretanto, fui convocado para cumprir o serviço militar obrigatório, na Escola Prática de Cavalaria em Santarém, estávamos em março de 1981, facto que me impediu de continuar a participar na vida interna do SPZC.

Regressei em agosto de 1982, depois de cumprir o serviço militar, e fui colocado numa escola em Oliveira do Hospital, onde exerci funções de delegado sindical. Em 1984, fui colocado na escola da Pedrulha, em Coimbra, e recebi novo convite para integrar o Secretariado Permanente da Direção do SPZC, que era encabeçada pelo professor Renato de Ávila, num processo eleitoral que teve lugar no dia 13 de junho de 1985. Apesar de este momento ter marcado o meu percurso como sindicalista, não tinha como adquirido uma continuidade na atividade sindical.

No entanto, em 1995, dez anos depois, senti um apoio alargado de dirigentes e associados do SPZC para uma candidatura à presidência do sindicato. Depois de alguma hesitação e muita reflexão decidi assumir a candidatura e a partir dela não foi fácil desistir. E não o foi porque senti

a responsabilidade de dar continuidade ao projeto que coloquei em desenvolvimento, assente no aprofundamento da participação ativa e democrática de todos os dirigentes, numa abertura diferente do SPZC aos locais de trabalho, aos associados e professores em geral, dinamizando as escolas, os jardins de infância, os colégios privados e toda a rede de instituições do setor social.

Em cada ano letivo fomos promovendo uma calendarização de reuniões e plenários sindicais em todos as escolas e concelhos, criando uma maior dinâmica de participação e auscultação dos educadores e dos professores, aprofundando o projeto sindical do SPZC para a educação e para a valorização do estatuto profissional e das condições de trabalho dos docentes. Isto sempre em grande articulação com o pensamento e com as propostas construídas no seio da FNE.

E foi este quadro, muito ligado a um projeto de organização sindical e de um novo formato de intervenção sindical mais mobilizador dos associados e dos professores em geral, que me fez motivar para continuar a liderar o SPZC, até sentir que os pilares, que estiveram na base do projeto que me propus desenvolver, estivessem consolidados. Hoje sinto e vejo que esses pilares estão sólidos e sinto que é o momento para proporcionar novas lideranças, capaz de dar continuidade ao projeto sindical, naturalmente adequando-o sempre à luz dos novos tempos e dos novos ventos e com novas ideias, para responder aos desafios do presente e aos que o futuro nos traz e exige.

**"Hoje sinto e vejo que os pilares que estive-ram na base do projeto do SPZC, estão sólidos e sinto que é o momento para proporcionar novas lideranças, capaz de dar continuidade ao projeto sindical".**



**"Tive a sorte de ter comigo um corpo de dirigentes que se comprometeu de uma forma responsável neste esforço e que permitiu estabelecer bases muito sólidas de entreaajuda".**

#### UMA LUTA CONSTANTE PELO SINDICALISMO LIVRE E DEMOCRÁTICO

##### JF - QUAIS FORAM OS GRANDES MOMENTOS COMO PRESIDENTE DA DIREÇÃO DO SPZC?

**JRC** - O momento que mais me marcou dentro do SPZC foi ter assumido uma rutura com alguns dos dirigentes mais influentes do sindicato e assumir a responsabilidade dessa rutura com a minha candidatura à Vice-Presidência, em 1992. Eu sabia que recairia sobre mim toda a responsabilidade de dirigir o sindicato, por delegação da quase totalidade das competências do presidente do SPZC. Tinha consciência do estado em que se encontrava o SPZC, quer ao nível financeiro, quer ao nível da intervenção sindical. Foi um marco importante na minha vida sindical, porque tinha de dar substância ao processo de rutura que iniciei, através de uma nova forma de estar, de assumir o SPZC e assumir os princípios do movimento sindical em que estávamos comprometidos, nomeadamente na FNE, na UGT e na FESAP.

No entanto, foi um momento e um tempo que me permitiram aprofundar conhecimentos de liderança, de administração e gestão, de dinâmicas de grupo e de gestão de conflitos, de contabilidade e finanças, para além da gestão da agenda reivindicativa do próprio SPZC e do papel que o sindicato tinha de assumir nas diferentes organizações sindicais de âmbito nacional, nomeadamente na FNE e na UGT.

Em minha opinião, este virar de página na história do SPZC só foi possível devido a um outro elemento preponderante que exigiu um grande esforço de liderança: o aprofundar a coesão interna dos órgãos sociais, muito particularmente, dos órgãos executivos, central e distritais e entre estes e os próprios associados do sindicato. Este foi o aspeto da minha liderança no SPZC, em que me empenhei, ultrapassando, muitas vezes, os meus próprios limites de resistência. Mas tive a sorte de ter comigo um corpo de dirigentes que se comprometeu de uma forma responsável neste esforço e que permitiu estabelecer bases muito sólidas de entreaajuda, de solidariedade, de camaradagem e de fortalecimento das relações interpessoais.

Assim foram criadas criando raízes fortes para não só reerguer o SPZC, mas sobretudo para colocar o SPZC como maior organização sindical do centro do país, um sindicato forte, um sindicato respeitado e com uma voz importante em todo o movimento sindical democrático. Não fosse este trabalho de esforço contínuo, para manter a coesão interna, e hoje talvez não estivesse aqui a falar do SPZC, tal como estou.

##### JF - E QUANTO AOS MAIORES DISSABORES?

**JRC** - Quando estamos nas causas com entusiasmo e com vontade de vencer os desafios que nos são colocados, os problemas, os dissabores, as dificuldades são ultrapassadas e tento esquecê-los. No entanto, não deixo de os considerar, numa perspetiva de aprendizagem e acautelamento para situações futuras.



### JF - O SPZC TEM HOJE 12 DELEGAÇÕES. COMO FOI O DESABROCHAR ORGANIZATIVO E IDEOLÓGICO DO SEU SINDICATO?

**JRC** - Como referi atrás, passar de seis delegações abertas para doze foi um esforço enorme, mas era fundamental em termos estruturais para o crescimento e afirmação do SPZC. Era claramente o nosso projeto sindical. O SPZC tinha de crescer no seu número de associados, mas para que isto acontecesse o sindicato tinha de se afirmar no terreno, junto das escolas e estar mais próximo dos educadores e dos professores. Para que este objetivo fosse conseguido entendemos que era fundamental ter um projeto expansionista, que passava por abrir mais espaços físicos (delegações) e dotá-las de recursos humanos e equipamentos, mas com uma forte ligação ao projeto sindical que pretendíamos solidificar, definindo com bastante rigor os parâmetros da linha de pensamento ideológico, claramente reformista, plural e com total independência de partidos políticos.

Esta base sustentava toda a nossa linha de ação sindical, assente na construção de propostas sustentadas e realistas, capaz de serem, também elas, um elemento base para negociações construtivas, que permitissem sustentar um compromisso ou um acordo final com os governos e com as entidades patronais do setor privado da educação e do setor social.

Aproveitámos os grandes momentos reformistas realizados na área da educação, principalmente a partir do grande debate que se realizou na sociedade e na comunidade educativa sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 e do debate em torno do Estatuto da Carreira Docente (ECD) e toda a legislação que lhes sucedeu na década de noventa, para marcarmos, de forma vencedora, as propostas que tínhamos para as diferentes



matérias, os fundamentos que as sustentavam e, para marcarmos, sobretudo, a diferença de pensamento que lhes estavam subjacentes, numa lógica reformista, responsável e que demarcou claramente o SPZC dos sindicatos de professores mais antagónicos, agarrados a uma lógica de pensamento e de estratégia do fundamentalismo revolucionário afetos à CGTP e com forte influência da estratégia e das teses do Partido Comunista Português (PCP).

Fizemos de cada processo negocial e de cada acordo com os governos armas estruturantes da nossa estratégia sindical, construindo uma identidade própria, também ela construída com ingredientes identitários, quer da FNE, quer da UGT, assumindo sempre as nossas diferenças e divergências em relação às organizações sindicais de cariz mais radical e revolucionário, na forma de defender os professores, na forma de valorizar a profissão e de lutar por uma educação de qualidade.

**"Fizemos de cada processo negocial e de cada acordo com os governos, armas estruturantes da nossa estratégia sindical, construindo uma identidade própria, também ela construída com ingredientes identitários, quer da FNE, quer da UGT".**





## PELOS VALORES DA CARTA ABERTA

### JF - RECORDA ALGUM MOMENTO DE GRANDE TENSÃO NA HISTÓRIA DO SPZC?

**JRC** - Para além dos momentos de tensão interna que relatei atrás, houve outros, embora não vividos por mim, mas que foram marcantes na história do sindicato. A própria constituição formal do SPZC foi caracterizada por um processo longo, de um debate muito vivo e muitas tensões até se chegar à aprovação dos seus primeiros Estatutos, publicados a 26 de outubro de 1976, ou seja, dois anos após a constituição do sindicato.

Diz-se que a aprovação dos primeiros Estatutos do SPZC foi um parto muito difícil. Estávamos num momento muito marcado pela revolução de abril de 74 e o SPZC não escapou à influência do momento político que se estava a viver. O fervor revolucionário e sobretudo as posições extremadas de natureza marcadamente ideológicas, que iam desde uma direita centralista e conservadora, um centro com projeto evolutivo e reformista e uma esquerda revolucionária e fraturante, dificultou bastante o diálogo entre os docentes e o encontro de consensos para a aprovação dos Estatutos.

Outro momento de grande tensão que se viveu no SPZC foi quando se deu a grande cisão interna em 1982. Uma cisão que dividiu os professores da zona centro. Foi uma cisão ideológica e político-partidária, originada por dirigentes do SPZC afetos à tendência unitária de esquerda e do PCP e teve origem em duas grandes decisões tomadas pela Assembleia Geral de Associados do sindicato.

Uma das decisões teve que ver com o resultado da aprovação da primeira alteração dos Estatutos do SPZC, tornando-os mais abertos ao exercício democrático dos seus órgãos internos, menos exposto aos bloqueios deliberativos que os Estatutos iniciais consubstanciavam e a ação do

sindicato estava a tornar-se disfuncional. A outra teve que ver com resultado de um referendo interno em que 82% dos associados do SPZC decidiram a filiação do sindicato à UGT. A intenção deste referendo foi determinante para clarificar o rumo do SPZC, colocando-o no caminho do sindicalismo livre, democrático e independente, em favor de uma unidade de classe que não prejudicasse o livre pensamento e a livre expressão de opinião, assim como o pluralismo na representação dos professores.

Este foi o fator decisivo para o processo de cisão, que culminou com o abandono dos dirigentes comunistas do SPZC. Estes optaram por criar um sindicato paralelo (SPRC), optando por seguir a linha da Intersindical (CGTP), como todos sabem uma central sindical com forte influência do PCP. A cisão provocou uma grande desestabilização interna, com consequências para toda a estrutura interna do SPZC, ampliada e densificada com campanhas agressivas de desinformação, fomentadas pelo grupo de dissidentes que criou o sindicato paralelo de professores.

Depois deste momento muito conturbado da vida do SPZC, a direção da altura teve de iniciar todo um processo de reorganização interna e colocar o sindicato no caminho que os associados decidiram democraticamente, que era a via do sindicalismo reformista e de pensamento livre e plural, no fundo solidificar os valores do movimento da **Carta Aberta**, que deu origem à criação da UGT.

No entanto, para além das tensões ligadas à vida interna do SPZC, vivi tensões ligadas às lutas sindicais, para a defesa de melhores condições de trabalho e de vida dos professores e educadores. E aqui posso destacar alguns desses momentos de grande tensão, nomeadamente toda a discussão em torno da **Lei de Bases do Sistema Educativo** ou a luta pelo **ECD**. Mas podemos falar das vitórias dos professores quando falarmos sobre a FNE.

**"Diz-se que a aprovação dos primeiros Estatutos do SPZC foi um parto muito difícil. Estávamos num momento muito marcado pela revolução de abril de 74 e o SPZC não escapou à influência do momento político que se estava a viver."**

**Leia a 2ª parte desta entrevista na edição de outubro Joaquim Santos e Tiago Soares Jornal FNE**

## “PALIATIVOS”

A educação e, particularmente, a área docente e a colocação de professores, entrou definitiva e assumidamente em cuidados paliativos.

O Ministério da Educação, ente abstrato, que paulatinamente foi reduzindo a escombros a carreira docente, persiste em manter a cabeça na areia, fazendo de conta que não percebe, que a falta de professores nas escolas não é uma mera falta de professores.

O problema não é a circunstância, em si mesma, de os licenciados pós-Bolonha poderem agora concorrer às designadas contratações de escola. A questão é que esta medida surge, aparentemente, como resposta a um problema estrutural na educação e na carreira docente, que o próprio Ministério se entretive a promover nas últimas duas décadas.

Senão vejamos:

- Congelamento do tempo de serviço e não recuperação integral do mesmo;
- Estratificação e estrangulamentos artificiais à progressão na carreira docente;
- Itinerância permanente dos docentes;
- Remunerações baixas não correspondentes à função;
- Enormes desigualdades entre docentes no posicionamento na carreira;
- Aumento progressivo da idade da aposentação;
- Alteração das regras da redução da componente letiva por idade e tempo de serviço;
- Modelo de avaliação de desempenho inútil e desadequado;
- Desregulação do horário de trabalho;
- Burocracia militante, etc, etc.

Tudo isto conduziu ao atual e desolador cenário da escola pública. O que esperava o Ministério da Educação? que os professores continuassem a dar a outra face?

Atentemos a título de exemplo numa medida que o governo francês, que passa um por um problema semelhante, quer implementar com o objetivo de atrair pessoas para a docência, ainda que obviamente fazendo a devida ressalva face às diferenças entre Portugal e França. Propõe-se então o Governo francês aumentar os salários dos professores em 10%, o que conduziria a que um professor em início de carreira passe a receber 2.000,00 euros líquidos, pasme-se, valor este que corresponde em Portugal ao salário de um professor no topo da carreira, correspondente ao décimo escalão.

Ilustres detentores provisórios do poder, não se apanham moscas com vinagre. A educação e os professores não precisam de manobras inconsequentes ou expedientes paliativos, mas de justiça e alteração do paradigma.

Entendam definitivamente que nada será como dantes nesta matéria. Ou o Governo faz uma verdadeira inflexão nas suas políticas, o que já nada resolve no imediato, ou entraremos definitivamente numa época negra da educação em Portugal.

*António Pinho*  
Presidente do SDPM  
(Sindicato Democrático dos Professores da Madeira)



# A CONTRATAÇÃO COLETIVA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA



A Contratação Coletiva consiste no conjunto de negociações entre as entidades empregadoras e as associações sindicais, que conduzem ao estabelecimento de um Acordo Coletivo de Trabalho, adiante designado por ACT, considerado o mais importante instrumento de contratação coletiva na nossa Administração Pública.

Os ACT são celebrados pelos sujeitos que subscrevem o acordo, as entidades empregadoras públicas, e pelos sujeitos que os subscrevem pelas estruturas de representação coletiva dos trabalhadores, as associações sindicais, que nos termos dos respectivos estatutos defendem os interesses dos trabalhadores em funções públicas, no seguimento do artigo 347.º da Lei 35/2014, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em funções públicas, adiante designada por LGTFP.

O artigo 347.º da LGTFP, veio alargar o direito de contratação coletiva a todos os trabalhadores nomeados ou contratados, mas se analisarmos o conteúdo do artigo 13.º, 2 desta Lei, o direito a contratação coletiva encontra-se restringido apenas aos trabalhadores contratados, numa perspetiva da defesa do interesse público e da especificidade das funções que estes trabalhadores desempenham, magistrados, polícias, etc.

*Podemo-nos questionar no seguinte ponto.*

A negociação coletiva na Administração Pública Portuguesa (APP) tem a mesma abrangência temporal e material que a negociação coletiva prevista no Código do Trabalho? Claro que não. A negociação coletiva no regime geral sempre existiu desde o corporativismo até ao momento atual, quando na APP só teve suporte legal com a entrada em vigor do Decreto-Lei 45-A/84, de 3 de fevereiro, depois revogado pela Lei 23/98, de 26 de maio. Convém reconhecer que a contratação coletiva com o âmbito do Código do Trabalho nunca existiu na APP, mas somente a negociação coletiva - uma das quatro fases da contratação coletiva.

Portanto o direito à contratação coletiva na APP só com a Lei 23/2004, de 22 de junho, teve reconhecimento legal, e mesmo assim teve que aguardar pela publicação da Lei n. 59/2008, de 11 de setembro, que aprovou o Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, adiante designado por RCTFP, com a posterior publicação do ACT n. 1/2009, de 28 de setembro - ACT que veio outorgar alguns direitos aos trabalhadores das carreiras gerais.

Como trabalhadores da educação, constatamos, ao longo destes anos de democracia, que a negociação coletiva com o governo, nos termos previstos no artigo 351.º da LGTFP, mal existiu, restando-nos com a integração dos trabalhadores não docentes nas autarquias, aproveitar a maior disponibilidade do poder autárquico para negociar alguns benefícios aos trabalhadores não docentes, de acordo com o artigo 27.º, 2 da lei citada.

Portanto, os STAAEs, dentro das matérias passíveis de serem negociadas com vista à sua publicação em ACT, artigo 355 da LGTFP, deverão junto das autarquias onde tenham associados apresentar uma proposta negocial, que pode abranger sistema de recompensa de desempenho, regimes de gestão de tempo de trabalho, regime de duração e organização do tempo de trabalho, regime de mobilidade, ação social complementar, de modo a ganharmos benefícios para os nossos associados, com o objetivo de os fidelizar e também de alcançarmos mais adesões com os benefícios negociados, nos termos de uma cláusula que só permita a aplicação do ACT aos trabalhadores associados nas associações sindicais outorgantes.

Portanto, mãos à obra e bom ano letivo.

**João Gois Ramalho**  
**Presidente do STAAE Zona Centro**

## A ECONOMIA DO CUIDADO

# “NÃO SOU LOUCO, SOU UM EDUCADOR DE INFÂNCIA”

Federico Trotta, jovem educador de infância, em Buenos Aires, Argentina, conta a sua história, num emaranhado de preconceitos e desigualdade de género na educação. “Isso é para mulheres, para maricas!” nunca funcionou para ele. Num mundo maioritariamente feminino, ser educador de infância homem foi sempre uma grande paixão.

Desde que decidiu tornar-se educador de infância, Federico Trotta ouviu mil coisas desagradáveis. Os professores dele acolheram-no sempre muito bem na sua formação inicial e guiaram-no ao longo do seu percurso. No local de trabalho, as educadoras de infância também o receberam de braços abertos.

Mas a sociedade não lhe facilitou a vida. Algumas pessoas olham para ele como um estranho e mostraram desprezo de muitas formas. Quando fez o seu estágio num jardim de infância, ele teve que vestir uma bata de pano xadrez. Quando estava fora de casa, andando pelas ruas, indo para o trabalho, as pessoas olhavam para ele e diziam: «O que é que esse homem louco está fazendo vestindo uma bata?»

É muito incomum nas nossas sociedades ver um homem com esse tipo de bata, que usamos na sala de aula. Isso é considerado coisa de mulher. Ele teve que aguentar olhares intimidadores e ouvir todo tipo de coisas, como: "Isso é para mulheres, isso é para maricas", pois tudo o que os educadores de primeira infância fazem é cortar papel, que é para isso que estão lá. No começo, isso doeu-lhe muito e ficou chocado. Era muito para um ser humano aguentar. Mas hoje ele diz “obrigado” a esses comentários.

### “EU AMO O MEU TRABALHO”

Federico escolheu a sua carreira por interesse próprio. Anos atrás, foi com a sua irmãzinha ao jardim de infância e viu um homem ensinando na sala de aula. Aquilo parecia muito louco para ele, mas ficou curioso sobre aquela profissão a partir de então. Conversou com a sua família que lhe

disse que também havia homens a seguir a carreira de educador de infância e que ele deveria ser livre para seguir o que quisesse. A família encorajou-o a seguir em frente no que ele escolhesse.

Quando começou a estudar, Federico era o único homem no curso. Era um pouco estranho para todos haver um homem no seu grupo de estudo. Os professores tinham dificuldade em lembrar-se de dizer “meninas e meninos”, em vez de apenas “meninas”, ao dirigirem-se à classe.



O avental de xadrez de pano era só para mulheres © ILO/OIT

Em Buenos Aires descobriu que, na rede pública de ensino, apenas existiam sete educadores de infância do sexo masculino. Na verdade, muitos homens estudavam para aquela carreira, mas não a praticavam. Em vez disso, continuam a estudar para entrar em outras profissões. Para Federico, os colegas que se atreviam a fazer aquilo tinham medo de trabalhar como educadores. Eles não sabiam como a sociedade e as suas famílias iriam reagir, assim como os próprios responsáveis pelas escolas. Dependia muito dos bairros ou das cidades em que viviam. É um medo que sempre se tem.

Federico conheceu muitos homens que não queriam escolher ou continuar naquela profissão, porque tinham medo do olhar social. Ele recebia o apoio dos seus pais, amigos e colegas, mas nem sempre era fácil fazer o seu trabalho, por causa dos preconceitos da sociedade e do baixo salário que recebia. “Eu ensino e cuido de crianças entre os dois e três anos de idade. Eu amo cuidar deles”, insistia.

Quando as pessoas pensam em cuidados infantis, muitas vezes pensam em cuidados materiais em creches. Mas, na verdade, o que faziam era muito mais do que ajudar as crianças com a higiene, alimentação e o sono. Também os educavam através de diferentes aulas e atividades, garantindo que a educação de uma criança pudesse continuar entre o jardim de infância e o ambiente familiar.



Ao fim de anos de estudo tornou-se educador: “Eu amo o meu trabalho” © ILO/OITA. Guyot

Como educador, ele tem consciência de que deixa marcas nas crianças que cuida e educa, e essas marcas vão influenciá-las no futuro. Ele gosta de estar com crianças. Como educador, ele ensina-as e também aprende muito com elas, ao mesmo tempo: “Você dá-lhes o melhor e o máximo que pode, para que a criança continue a aprender e continue a ser educada na escola primária e secundária e mais tarde no caminho que ela escolher seguir.



Com força e confiança, superou obstáculos e preconceitos © ILO/OITA. Guyot

Federico quer crescer profissionalmente como educador de infância e trabalhar em diferentes locais. Em sua opinião, para mudar a visão da sociedade precisamos de incentivar mais homens a trabalhar nesta área e melhorar as condições de trabalho. Ele já não acredita que ser educador é uma carreira feminizada, mesmo que haja uma grande percentagem de profissionais do sexo feminino.

### A IMPORTÂNCIA DOS ABRAÇOS

Para Federico, é necessário reconhecer os educadores de infância do sexo masculino, incentivá-los, respeitá-los e também pagar melhores salários a todos os educadores para que eles não enfrentem dificuldades financeiras. Os educadores de infância preocupam-se com os seus educandos, mas também querem ter certeza de auferir um salário digno, suficiente para o básico.

“O nosso salário é sempre uma luta. Colocamos muito esforço no nosso trabalho. Muitas vezes usamos dinheiro do próprio bolso para preparar materiais, para trazer conjuntos de aquarela, plasticina, marcadores ou outras coisas que já não temos no local de trabalho, mas às vezes não conseguimos.”



É sempre muito bom receber um feedback positivo: “Obrigado, Fede, meu filho não parava de falar de todo o trabalho que você fez”. Tudo isso alimenta a minha alma © ILO/OIT A. Guyot

Fede continua a escolher esta bela profissão pelos diferentes grupos de crianças que se cruzam no seu caminho. Vê-los rir, aprender com eles e poder ensinar-lhes temas diferentes é a coisa mais gratificante que existe. Receber os seus abraços todos os dias, cumprimentá-los ou falar sobre algo que discutiram ou trabalharam semanas ou dias antes, tudo isso significa que está a fazer um bom trabalho.

**“Os educadores de infância preocupam-se com os seus educandos, mas também querem ter certeza de auferir um salário digno, suficiente para o básico”.**

## FACTOS RÁPIDOS OIT

Lacunas persistentes e significativas nos serviços de atendimento deixaram centenas de milhões de trabalhadores com responsabilidades familiares sem proteção e apoios adequados. Atender a essas necessidades pode criar quase 300 milhões de empregos até 2035.

A representação da OIT na Argentina desenvolveu a campanha #ProfesionalesDelCuidado com o objetivo de promover o trabalho remunerado de cuidado, condições de trabalho dignas e maior representação dos profissionais de saúde.

Esta iniciativa foi realizada no âmbito dos três projetos seguintes:

- "Primeira infância e desenvolvimento sustentável: rumo a um sistema de atenção integral", financiado pelo Multi Partner Trust Fund Office;
- "Recuperação socioeconómica para a crise do COVID-19 a partir de uma perspectiva de género", financiado pelo Multi Partner Trust Fund Office;
- e "Políticas económicas para acelerar a igualdade de género na Argentina", financiado em parceria com a Open Society Foundations (OSF).

*Adaptado da ILO/OIT, 6 de setembro de 2022*

### PRÉ-ESCOLAR EM PORTUGAL: ENTRE 37 E 616 EDUCADORES DO SEXO MASCULINO

A igualdade de género é um tema fulcral na educação. No que respeita a educadores e professores a maior discrepância de género verifica-se no Pré-Escolar. Segundo dados da PORDATA, no ano de 2021 havia um total de 17.064 educadores de infância, sendo desses apenas 166 do sexo masculino.

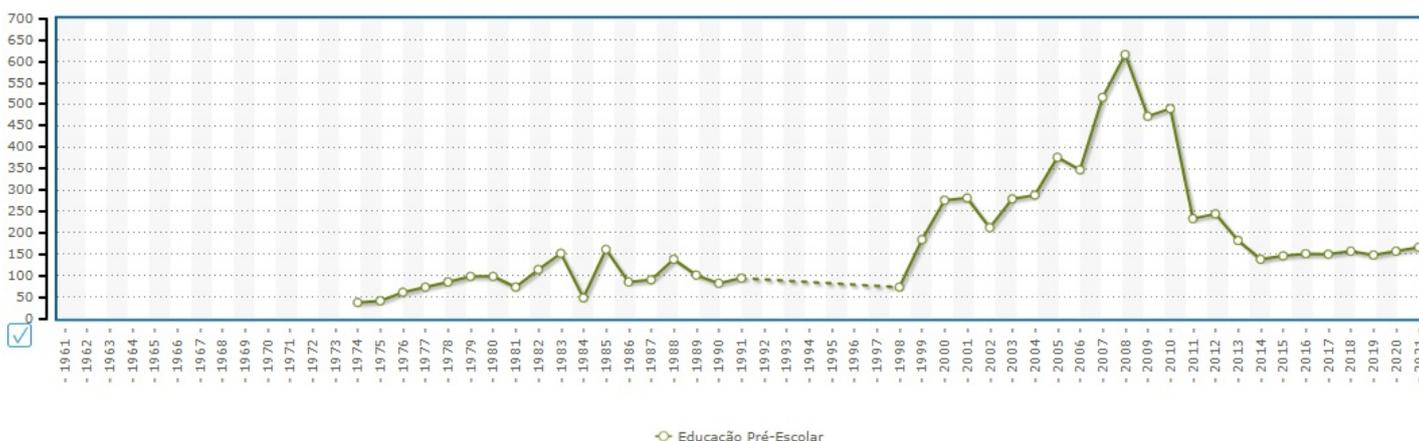
Em 1974, havia um total de 17.349 educadoras, contra apenas 37 homens. O valor mais alto até hoje de profissionais da educação do sexo masculino no Pré-Escolar verificou-se no ano de 2008, com 616 homens na carreira.

Em percentagem, o valor de mulheres no Pré-Escolar entre 1974 e 2021 oscilou entre 96,8 % em 1976 e os 99,0 % em 2021. A percentagem mais alta de mulheres deu-se em 1998 com 99,5 %.

O contingente feminino de docentes do Pré-Escolar ao Ensino Secundário em 2021 atingiu os 78,3 % em 2021, tendo o valor mais alto desde 1974 sido de 78,3 %, em 2002, e o mais baixo de 73,2 %, em 1976.

**A igualdade de género é um tema fulcral na educação. No que respeita a educadores e professores a maior discrepância de género verifica-se no Pré-Escolar.**

Docentes do sexo masculino em exercício no ensino pré-escolar entre 1974 e 2021





## O IMPACTO DO “LONGO COVID” NO TRABALHADOR

O COVID-19 pode causar em alguns doentes sintomas que perduram durante semanas ou mesmo meses, depois da recuperação da infecção aguda. Esta condição, conhecida como «Longo COVID», tem tido um impacto significativo nos trabalhadores e trabalhadoras e nos locais de trabalho, com evidentes implicações.

Atualmente não existe uma definição de consenso para identificar esta condição: a terminologia tem incluído: «Longo COVID», «COVID prolongado», «síndrome pós-COVID» e «síndrome pós-COVID-19 agudo». Aqui será utilizado o primeiro termo.

As causas e a magnitude do problema ainda estão a ser estudadas, contudo as evidências existentes são suficientes para enfatizar a necessidade de serem implementadas estratégias de intervenção, nas situações em que se manifesta um prolongamento dos sintomas.

### UM EM CADA OITO INFETADOS COM COVID MANTÉM SINTOMAS A LONGO PRAZO

Um estudo da Revista Científica Lancet mostra um risco de persistência de sintomas duradouros após a infecção, tais como dificuldade em respirar, dor muscular, perda de sabor ou cheiro, formigamentos ou fadiga geral.

“Em 12,7% dos pacientes, três a cinco meses após a infecção, estes sintomas podem ser atribuídos à Covid-19”, concluem os autores do estudo.

Esta é uma informação **importante para melhor compreendermos o risco de “Longo COVID”**, ou seja, a persistência de sintomas duradouros após a infecção pelo coronavírus.

As pesquisas permitiram perceber que existem sequelas específicas da infecção do coronavírus em alguns pacientes e que estas não são explicadas apenas por distúrbios psicossomáticos, como inicialmente sugerido por alguns médicos. Mas a frequência destas desordens e, ainda mais, os mecanismos fisiológicos pelos quais intervêm, são em grande parte ainda desconhecidos.

### EFEITOS SOBRE A SEGURANÇA E A SAÚDE DOS TRABALHADORES

Tal como acima referido, existem muitos sintomas e limitações físicas nos indivíduos com «Longo COVID», sendo os mais relevantes a fadiga, os problemas respiratórios e a disfunção cognitiva (normalmente os três sintomas mais debilitantes que são listados pelos pacientes).

O desenvolvimento de «Longo COVID» pode ser uma experiência traumática para os trabalhadores que anteriormente eram ativos, sendo que muitas vezes, após uma longa hospitalização, podem viver estados de ansiedade e de depressão.



## IMPLICAÇÕES PARA A CAPACIDADE DE TRABALHO

Ao considerarmos a dimensão da população com sintomas de «Longo COVID» podemos aferir que a maioria deste grupo se encontra em idade ativa. Tal evidência apresenta-se como um desafio considerável para os empregadores, já que os trabalhadores podem ter dificuldade em regressar aos seus empregos normais dentro dos prazos habituais. Subsistem questões importantes para os trabalhadores, para os empregadores e para os serviços de saúde no trabalho:

- Quais são as limitações funcionais de um trabalhador com «Longo COVID»?
- Quais são os requisitos do seu trabalho?
- Quais são as suas limitações específicas em relação ao seu trabalho?
- Qual é a trajetória provável da sua recuperação?
- Que flexibilidade, ajustes ou modificações podem ser feitos ao trabalho ou ao horário de trabalho?
- A organização de trabalho fornece acesso a serviços de saúde e a reabilitação ocupacionais, como fisioterapia ou apoio à saúde mental?
- Há alguma questão crítica de segurança que tenha de ser considerada?

### EXEMPLOS DE AJUSTES/ALTERAÇÕES NO LOCAL DE TRABALHO

Existem muitas alterações possíveis que podem facilitar o regresso dos trabalhadores com «Longo COVID».

#### Regresso faseado

Devido à duração e ao impacto dos sintomas, o trabalhador pode precisar de um retorno gradual ao trabalho. Os regressos faseados podem ser adaptados à medida que os sintomas se vão atenuando.

#### Outros exemplos

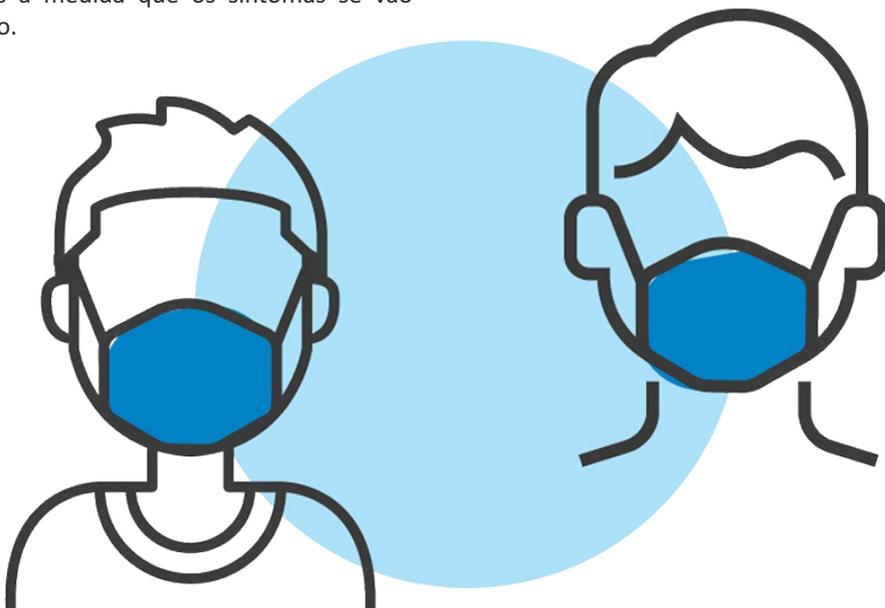
As alterações devem ser adaptadas ao trabalhador e dependem dos seus sintomas específicos e das suas limitações e da forma como estas afetam a sua capacidade de realizar as suas funções. Algumas das seguintes alterações podem parecer óbvias, mas é útil formalizá-las para garantir que ocorram:

- Alterações nas horas de trabalho (início, fim e pausas);
- Alterações nas horas cumpridas, por ex., dias mais curtos, dias de descanso entre dias de trabalho;
- Alterações no trabalho por turnos, por ex., considere suspender os turnos matutinos ou tardios e/ou o serviço noturno, para que a pessoa trabalhe quando está nas suas melhores condições;
- Alterações nos padrões de trabalho, por ex., abrandamento do ritmo, pausas regulares e/ou adicionais;
- Alterações na carga de trabalho, por exemplo: redução das tarefas durante um determinado período de tempo, definição de prazos mais longos para a realização das tarefas habituais, evitando os prazos curtos;
- Mudanças temporárias nas atribuições ou tarefas;
- Tempo de dispensa do trabalho para consultas médicas;
- Evitar a realização de trabalho de forma isolada;
- Definição de objetivos claros e mecanismos de controlo;
- Teletrabalho durante uma parte do tempo.

**"Existem muitos sintomas e limitações físicas nos indivíduos com «Longo COVID», sendo os mais relevantes a fadiga, os problemas respiratórios e a disfunção cognitiva»**

#### Fontes:

PUBLICAÇÃO Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho da UGT – 2022  
Jornal ECO



# DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 26 DE JULHO A 25 DE SETEMBRO DE 2022

[Declaração de Retificação nº 19/2022](#)

[DR nº 143/2022, Série I de 2022-07-26](#)

*Assembleia da República*

Retificação à Lei nº 12/2022, de 27 de junho, «Orçamento do Estado para 2022».

[Decreto-Lei nº 51/2022](#)

[DR nº 143/2022, Série I de 2022-07-26](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Aprova medidas de valorização remuneratória de trabalhadores em funções públicas.

[Despacho nº 9227/2022 - DR nº 145/2022,](#)

[Série II de 2022-07-28](#)

*Presidência do Conselho de Ministros e Educação - Gabinetes do Ministro da Educação e do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto*

Estabelece as normas de funcionamento do Desporto Escolar no âmbito do Programa Estratégico do Desporto Escolar 2021-2025.

[Resolução do Conselho de Ministros](#)

[nº 67-A/2022 - DR nº 146/2022,](#)

[1º Suplemento, Série I de 2022-07-29](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Prorroga a declaração da situação de alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Resolução do Conselho de Ministros](#)

[nº 68/2022-- DR nº 147/2022,](#)

[Série I de 2022-08-01](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Altera algumas regras da segunda edição do programa extraordinário de estágios na administração direta e indireta do Estado.

[Despacho nº 9514/2022](#)

[DR nº 149/2022, Série II de 2022-08-03](#)

*Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação*

Altera o Despacho nº 7424/2018, de 6 de agosto - estabelece regras no âmbito do reconhecimento da profissionalização em serviço mediante a conclusão, com aproveitamento, do curso de profissionalização em serviço ministrado pela Universidade Aberta.

[Despacho nº 9619 - A/2022](#)

[DR nº 150/2022,](#)

[1º Suplemento, Série II de 2022-08-04](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete da Ministra*

Altera o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior.

[Deliberação nº 876/2022-- DR nº 150/2022,](#)

[Série II de 2022-08-04](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior*  
Divulga alterações de elencos de provas de ingresso para as candidaturas ao ensino superior de 2023, 2024 e 2025.

[Despacho nº 9726-A/2022](#)

[DR nº 151/2022,](#)

[1º Suplemento, Série II de 2022-08-05](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete da Ministra*

Aprova o Regulamento do Programa + Superior para o Ano Letivo de 2022-2023.

[Decreto-Lei nº 53/2022 - DR nº 156/2022,](#)

[Série I de 2022-08-12](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2022.

[Declaração de Retificação nº 712/2022](#)  
[DR nº 156/2022, Série II de 2022-08-12](#)

*Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação*

Retifica o Despacho nº 9514/2022, de 27 de julho, publicado no DR, 2.ª série, nº 149, de 3 de agosto de 2022. [estabelece regras no âmbito do reconhecimento da profissionalização em serviço ...]

[Despacho nº 10042/2022](#)

[DR nº 157/2022, Série II de 2022-08-16](#)

*Presidência do Conselho de Ministros, Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinetes da Ministra da Presidência, do Ministro das Finanças e da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social*

Autorização de lançamento de aviso de abertura de candidaturas para o ano letivo 2022/2023 para as bolsas de ensino superior para alunos carenciados.

[Portaria nº 206/2022 - DR nº 160/2022,](#)  
[Série I de 2022-08-19](#)

*Economia e Mar, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social*

Define as condições de funcionamento dos cursos de especialização tecnológica, bem como o modelo e as condições de emissão dos respetivos certificados e diploma.

[Despacho nº 10275-B/2022](#)

[DR nº 161/2022, 2º Suplemento,](#)  
[Série II de 2022-08-22](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete da Ministra*

Estabelece os procedimentos de reforço de vagas nos concursos integrados no regime geral de acesso no ensino superior público e privado.

[Despacho nº 10302-B/2022](#)

[DR nº 162/2022, 1º Suplemento,](#)  
[Série II de 2022-08-23](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior*

Abertura da plataforma de candidatura online na 1.ª fase do concurso nacional de acesso e ingresso no ensino superior público para a matrícula e inscrição no ano letivo de 2022-2023.

[Despacho nº 10389/2022](#)

[DR nº 164/2022, Série II de 2022-08-25](#)

*Educação - Gabinete do Ministro*

Altera os calendários de adoção dos manuais escolares previstos no anexo i ao Despacho nº 4947-B/2019, de 16 de maio, na sua redação atual, e no anexo i ao Despacho nº 4794-B/2021, de 12 de maio.

[Decreto-Lei nº 57-A/2022](#)

[DR nº 165/2022, 1º Suplemento,](#)  
[Série I de 2022-08-26](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Altera as medidas aplicáveis no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Resolução do Conselho de Ministros](#)

[nº 73-A/2022 - DR nº 165/2022,](#)

[1º Suplemento, Série I de 2022-08-26](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Prorroga a declaração da situação de alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Despacho nº 10574/2022](#)

[DR nº 168/2022, Série II de 2022-08-31](#)

*Finanças e Educação - Gabinetes dos Ministros das Finanças e da Educação*

Fixa, para o ano de 2022, as vagas para a progressão aos 5.º e 7.º escalões da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário.

[Despacho nº 10581/2022](#)

[DR nº 168/2022, Série II de 2022-08-31](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete da Ministra*

Homologação da eleição para presidente do Instituto Politécnico de Leiria.

[Despacho nº 10682/2022 -DR nº 170/2022,](#)  
[Série II de 2022-09-02](#)

*Finanças e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinetes da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais*

Designação do fiscal único da Universidade dos Açores e dos Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores.

[Portaria nº 224/2022 - DR nº 172/2022,](#)  
[Série I de 2022-09-06](#)

*Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social*

Atualiza os montantes do abono de família para crianças e jovens, procedendo à alteração da Portaria nº 276/2019, de 28 de agosto.

[Decreto-Lei nº 57-C/2022](#)  
[DR nº 172/2022, 1º Suplemento,](#)  
[Série I de 2022-09-06](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Estabelece medidas excepcionais de apoio às famílias para mitigação dos efeitos da inflação.

[Resolução do Conselho de Ministros](#)  
[nº 74-A/2022-- DR nº 172/2022,](#)  
[1º Suplemento, Série I de 2022-09-06](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Estabelece medidas excepcionais de apoio às famílias para mitigação dos efeitos da inflação.

[Despacho nº 10914-A/2022](#)  
[DR nº 174/2022, 1º Suplemento,](#)  
[Série II de 2022-09-08](#)

*Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação*

Fixa os requisitos de formação adequada às áreas disciplinares dos grupos de recrutamento para a seleção de docentes em procedimentos de contratação de escola, em execução do artigo 161.º do Decreto-Lei nº 53/2022, de 12 de agosto.

[Portaria nº 233/2022-- DR nº 175/2022,](#)  
[Série I de 2022-09-09](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento.

[Resolução do Conselho de Ministros](#)  
[nº 77/2022-- DR nº 177/2022,](#)  
[Série I de 2022-09-13](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Aprova o II Plano Nacional para a Juventude.



[Despacho nº 11218/2022](#)

[DR nº 181/2022, Série II de 2022-09-19](#)

*Presidência do Conselho de Ministros, Finanças e Educação - Gabinetes da Ministra da Presidência e dos Ministros das Finanças e da Educação*

Autoriza o lançamento de avisos de abertura de candidaturas para o ano letivo de 2022-2023 destinados ao financiamento dos cursos profissionais e dos cursos educação e formação de jovens.

[Despacho nº 11225/2022](#)

[DR nº 181/2022, Série II de 2022-09-19](#)

*Negócios Estrangeiros e Educação - Gabinetes dos Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, das Comunidades Portuguesas e da Educação*

Redes de cursos do ensino português no estrangeiro da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário para o ano letivo de 2022-2023 e do ensino superior e organismos internacionais para o ano letivo de 2022-2023 e 2023.

[Declaração de Retificação nº 796/2022](#)

[DR nº 181/2022, Série II de 2022-09-19](#)

*Educação - Gabinete do Ministro*

Retifica o Despacho nº 10389/2022, de 25 de agosto, que altera os calendários de adoção dos manuais escolares previstos no anexo i ao Despacho nº 4947-B/2019, de 16 de maio, na sua redação atual, e no anexo i ao Despacho nº 4794-B/2021, de 12 de maio.

## Há +vantagens em ser associado(a) dos sindicatos da FNE

Clique aqui para consultar os protocolos

+vantagens fne

